

01

A FILOSOFIA DA PRÁTICA DE GRAMSCI E TEORIAS FEMINISTAS E QUEER NA LUTA CONTRA-HEGEMÔNICA: UM DIÁLOGO POSSÍVEL

THE PHILOSOPHY OF PRAXIS BY GRAMSCI AND FEMINIST AND QUEER THEORIES IN THE COUNTER-HEGEMONIC STRUGGLE: A POSSIBLE DIALOGUE

Mariana Barbosa de Souza

Doutora em Desenvolvimento Regional (UNISC)

Professora visitante do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS)

E-mail: barbosadesouzamariana@gmail.com

Gregory Luis Rolim Rosa

Doutor em Educação (UEPG)

Professor da Universidade Federal do Rio Grande (FURG/SAP)

E-mail: rolimg7@gmail.com





Resumo

Este artigo é uma proposta de análise sobre a interligação entre o sistema capitalista e a opressão de gênero e sexualidade, destacando como as estruturas de poder capitalistas contribuem para a perpetuação dessas formas de opressão. Considera as possibilidades de um diálogo entre os estudos de Antonio Gramsci e as teorias feministas e queer, destacando as contribuições dessas teorias para a compreensão das interseccionalidades de gênero, sexualidade e classe social. Por fim, o artigo destaca como as perspectivas contribuem para a busca pela emancipação de gênero e sexualidade em um contexto marcado pela exploração capitalista.

Palavras-chave: Opressão de gênero e sexualidade. Teorias queer e Filosofia da Práxis. Movimentos Anticapitalistas.

Abstract

This article is a proposal for an analysis of the interconnection between the capitalist system and the oppression of gender and sexuality, highlighting how capitalist power structures contribute to the perpetuation of these forms of oppression. It considers the possibilities of a dialogue between the studies of Antonio Gramsci and feminist and queer theories, emphasizing the contributions of these theories to the understanding of gender, sexuality, and

class social intersections. Finally, the article highlights how these perspectives contribute to the pursuit of gender and sexual emancipation in a context marked by capitalist exploitation.

Keywords: Gender and sexual oppression. Queer theories and Philosophy of Praxis. Counter-hegemonic struggle

INTRODUÇÃO

No cenário global contemporâneo, a opressão de gênero e sexualidade constitui-se um desafio persistente, moldando e permeando as experiências individuais e sociais. Este artigo propõe explorar profundamente essa temática complexa e multifacetada, revelando como as estruturas de poder inerentes ao sistema capitalista contribuem de maneira substancial para a manutenção dessa opressão. Além disso, busca estabelecer um diálogo entre os estudos de Antonio Gramsci e as teorias feministas e queer, justificado pela necessidade de superar os limites de ambas as abordagens teóricas na análise das interseccionalidades de gênero, sexualidade e classe. O pensamento de Gramsci, centrado na hegemonia e na luta de classes, precisa ser expandido para incluir as dimensões de gênero e sexualidade. Por outro lado, as teorias feministas e queer podem se beneficiar da análise marxista da estrutura de

poder capitalista para uma compreensão mais abrangente da opressão sistêmica.

No entanto, para que essa análise seja completa, é crucial integrar a perspectiva da totalidade proposta por Gramsci, que abrange tanto a base material quanto a superestrutura político-ideológica-cultural. Gramsci ressalta que “a hegemonia nasce da fábrica”, indicando que as raízes das dinâmicas de poder encontram-se na base material econômica. Portanto, a luta contra-hegemônica deve igualmente focar na transformação das estruturas econômicas que sustentam a hegemonia capitalista. Ao ignorar essa dimensão, corre-se o risco de enfraquecer a radicalidade teórica e política da filosofia da práxis.

De acordo com Valentina Avelluto (2020), a crise da hegemonia patriarcal, como descrita por Gramsci, pode ser analisada a partir das contribuições do movimento feminista, que desafia as estruturas de poder estabelecidas tanto no âmbito material quanto ideológico. Este enfoque nos permite expandir a análise gramsciana para incluir as dimensões de gênero e sexualidade, essenciais para uma compreensão mais abrangente da opressão sistêmica.

No primeiro segmento lançamos um olhar crítico sobre a interseção entre a opressão de gênero e sexualidade e o capitalismo, examinando como o sistema econômico vigente perpetua a objetificação dos corpos femininos, a imposição

da heteronormatividade e a persistente discriminação contra a população LGBTQIAPN¹. Por meio de apontamentos, demonstramos como essas formas de opressão são não apenas toleradas, mas também fomentadas pelas estruturas capitalistas que perpetuam a exploração da força de trabalho e a mercantilização do corpo humano.

No segundo segmento, adentramos na esfera da Filosofia da Práxis, explorando a sua relevância na luta contra-hegemônica. Discutimos a hegemonia, o papel do Estado, a influência da cultura e a dinâmica da sociedade civil como elementos cruciais para compreender as complexas

1 A sigla representa as comunidades que integram a população LGBTQIAPN+: **L** - Lésbicas: Mulheres que são emocionalmente e/ou fisicamente atraídas por outras mulheres. **G** - Gays: Homens que são emocionalmente e/ou fisicamente atraídos por outros homens. **B** - Bissexuais: Pessoas que são emocionalmente e/ou fisicamente atraídas por pessoas de mais de um gênero. **T** - Transgêneros: Indivíduos cuja identidade de gênero difere da que lhes foi atribuída ao nascimento. **Q** - Queer ou Questionando: Pode ser usado como uma identificação abrangente para pessoas que não se encaixam estritamente nas categorias tradicionais de gênero e sexualidade, ou que estão em processo de autodescoberta. **I** - Intersexuais: Pessoas que nascem com características biológicas que não se encaixam nas definições tradicionais de “masculino” ou “feminino”. **A** - Assexuais: Indivíduos que não experimentam atração sexual por outras pessoas ou a experimentam em menor grau. **P** - Pansexuais: Pessoas que são emocionalmente e/ou fisicamente atraídas por outras pessoas independentemente de seu gênero ou identidade de gênero. **N** - Não-binários: Indivíduos que não se identificam estritamente como homens ou mulheres, ou que se identificam como uma combinação de ambos, ou com uma identidade de gênero diferente. + - O sinal de mais indica inclusão contínua de outras identidades de gênero e orientações sexuais que podem não estar especificamente representadas no acrônimo.

dinâmicas de poder que sustentam a opressão de gênero e de sexualidade. Nesse contexto, destacamos a influência das ideologias e como estas moldam a perpetuação da opressão.

No terceiro ponto, mergulhamos em um diálogo entre os estudos de Antonio Gramsci e as teorias feministas e queer. Exploramos as contribuições dessas teorias para a compreensão das interseccionalidades entre gênero, sexualidade e classe social, ao mesmo tempo em que discutimos os desafios enfrentados na busca pela superação das opressões. Esta seção destaca a importância de uma abordagem interdisciplinar e crítica para enfrentar a opressão sistêmica.

Através dessa análise abrangente, este artigo busca lançar luz sobre a interconexão entre o capitalismo e a opressão de gênero e sexualidade, fornecendo reflexões valiosas para compreender e enfrentar esses desafios em um contexto global em constante evolução. Portanto, ao lançar luz sobre essa interconexão, este artigo visa inspirar ações coletivas e transformadoras que desafiem as estruturas de poder dominantes e promovam um futuro mais equitativo e diversificado.

A opressão de gênero e sexualidade no contexto do capitalismo

A opressão com base no gênero e na sexualidade, no âmbito do sistema capitalista, representa uma intrincada

e arraigada questão social. Para compreender essa interseção, é fundamental examinar como as estruturas de poder, economia e cultura se entrelaçam para perpetuar desigualdades. O capitalismo, como o sistema econômico dominante em grande parte do mundo, exerce influência profunda na forma como as pessoas experimentam e vivem suas identidades de gênero e sexualidade. A incessante busca pelo lucro muitas vezes resulta na exploração das vulnerabilidades das minorias de gênero e orientação sexual, com empresas frequentemente capitalizando sobre a marginalização e a exclusão. Isso é particularmente evidente em setores como a pornografia, que frequentemente retratam representações distorcidas e prejudiciais das identidades de gênero e orientações sexuais diversas em busca de ganhos financeiros.

A hegemonia de gênero e sexualidade, assim como a hegemonia capitalista, está profundamente enraizada na base material. Gramsci destaca que a hegemonia se constrói não apenas no campo ideológico, mas também através da organização da produção e das relações econômicas. Portanto, a contra-hegemonia deve envolver uma crítica e transformação das bases materiais que perpetuam a opressão. As estruturas de trabalho, divisão de salários e o próprio sistema de mais-valia são elementos que interagem com as normas de gênero e sexualidade, mantendo-as e reforçando-as.

Para compreendermos a interação entre os conceitos de “gênero” e “capitalismo”, é imprescindível termos uma breve compreensão de como este sistema econômico opera e nos seus princípios fundamentais. Segundo a perspectiva marxista, o “capitalismo” é um sistema econômico que se alicerça na acumulação de capital através da exploração dos trabalhadores e trabalhadoras, resultando em um excedente denominado “mais-valia”. Sua principal finalidade é a busca incessante por lucro e a acumulação de riqueza, fundamentando-se na noção de “propriedade privada” dos meios de produção.

Nara Ghetti (2020) destaca que as relações de gênero e a questão sexual são profundamente afetadas pelas estruturas econômicas e políticas do capitalismo, que utilizam a opressão de gênero como um meio de perpetuar a exploração econômica. Esse ponto é crucial para entender como o capitalismo não apenas tolera, mas ativamente fomenta a opressão de gênero e sexualidade para manter sua hegemonia.

Nas palavras de Karl Marx, a produção no contexto capitalista:

[...] não se resume à simples criação de mercadorias, mas, essencialmente, à produção de ‘mais-valia’. O trabalhador não produz unicamente para suprir suas próprias necessidades, mas, sobretudo, para gerar lucro

ao capitalista. Assim, um trabalhador é considerado produtivo quando contribui para a geração de ‘mais-valia’, beneficiando o capitalista ou alimentando a incessante valorização do capital” (Marx, 1984, p. 105-106).

Além disso, o capitalismo estabelece uma hierarquia econômica que afeta de forma desproporcional as pessoas com base em seu gênero e orientação sexual. As mulheres, por exemplo, continuam a enfrentar uma significativa disparidade salarial em relação aos homens em muitas partes do mundo, o que as torna mais suscetíveis à exploração e ao abuso econômico. Ademais, conforme Federici (2021) as mulheres que têm empregos remunerados enfrentam uma sobrecarga ao conciliarem suas responsabilidades domésticas e familiares com suas obrigações no ambiente de trabalho. Enquanto isso, aquelas que escolhem se dedicar integralmente às tarefas do lar muitas vezes são estigmatizadas como inativas. Pessoas transgênero também enfrentam altas taxas de desemprego e discriminação no local de trabalho, frequentemente devido a preconceitos enraizados.

A população de pessoas transexuais enfrenta barreiras para o acesso às instituições formais da sociedade como saúde e trabalho. No nível estrutural existe carência de políticas públicas voltadas para a sua inclusão no conjunto das instituições sociais, como a educação, o sistema de saúde e o mercado de trabalho. Altos níveis de desemprego e a dificuldade para inserção no

mercado de trabalho são também associadas ao estigma e à discriminação vivenciados por esta população (Silva; Luppi; Veras, 2020, p. 1724).

O aumento substancial da participação das mulheres na força de trabalho ao longo do século XX, a ponto de constituírem agora a maioria em países de economia imperialista central, não conduziu à sua verdadeira emancipação. Em vez disso, presenciemos uma tendência de generalização da imposição de salários mais baixos, que historicamente afetam as mulheres, para toda a força de trabalho. Isso se assemelha à concessão legislativa que, no caso da igualdade de tratamento em relação à idade de aposentadoria, resultou não na diminuição da idade de aposentadoria masculina para 60 anos, mas sim no aumento da idade de aposentadoria feminina para 65 anos (Mészáros, 2009).

Apesar das mulheres possuírem níveis mais elevados de educação, sua progressão na carreira e a chegada aos cargos de liderança não ocorrem em igualdade de condições. Mesmo quando passam a trabalhar fora de casa, elas continuam sendo responsáveis por gerenciar, presencialmente ou não, as questões relacionadas à vida familiar, como saúde, educação, cuidado e alimentação de seus dependentes, inclusive seus esposos, o que resulta em pouco ou nenhum tempo disponível para investir em seu aprimoramento profissional (Matos, 2021).

Ademais, o sistema de valores capitalista muitas vezes promove a conformidade com normas de gênero tradicionais, reforçando estereótipos prejudiciais e limitando a liberdade de expressão de gênero e sexualidade. Isso cria um ambiente hostil para aqueles que não se encaixam nas categorias tradicionais de homem e mulher, ou cujas identidades de gênero e orientações sexuais desafiam as expectativas normativas.

O capitalismo está intrinsecamente ligado ao patriarcado, pois ambos os sistemas são baseados na exploração e opressão de grupos marginalizados. O capitalismo, por exemplo, depende da divisão sexual do trabalho, na qual as mulheres são relegadas às tarefas domésticas e reprodutivas, enquanto os homens são responsáveis pelo trabalho produtivo e remunerado. Essa divisão de papéis reforça os estereótipos de gênero tradicionais, que definem as mulheres como frágeis e dependentes e os homens como fortes e independentes (MARINHO, 2018).

O capitalismo promove a heteronormatividade, ou seja, a visão de que a heterossexualidade é a única orientação sexual normal. Isso ocorre porque o capitalismo depende da reprodução biológica, que é geralmente associada à heterossexualidade. A heteronormatividade reforça os estereótipos de gênero tradicionais, na medida em que associa as mulheres à maternidade e os homens à paternidade. O

capitalismo é um sistema de exploração que se baseia na divisão do trabalho em gênero e essa divisão de papéis é essencial para o funcionamento do capitalismo, pois permite que as mulheres sejam exploradas em dois âmbitos: no trabalho produtivo e no trabalho reprodutivo.

A opressão com base no gênero e na sexualidade no contexto do capitalismo também se manifesta em políticas públicas discriminatórias, que frequentemente restringem os direitos das pessoas LGBTQIAPN+. A falta de acesso a cuidados de saúde inclusivos, a rediscussão sobre a proibição do casamento entre pessoas do mesmo sexo e a criminalização de atos sexuais consensuais são exemplos de como o sistema legal pode perpetuar a discriminação. Conforme Silva (2023), compartilhando um foco na importância da família por diferentes motivos, o neoliberalismo e o conservadorismo religioso se sustentam mutuamente nesse encontro peculiar. As ascensões de movimentos políticos de extrema-direita em todo o mundo, incluindo, e especialmente, no Brasil, ilustram essa colaboração, que é particularmente valiosa e conveniente para a agenda neoliberal. A cruzada moral religiosa em prol da família serve como um instrumento extremamente útil: o discurso moralizador enfatiza a necessidade de fortalecer o modelo de família nuclear burguesa, responsabilizando-a exclusivamente pela pobreza e pela falta de acesso aos direitos sociais. Isso retira o Estado e suas obrigações constitucionais do cerne

do debate, legitimando assim a desmontagem neoliberal das políticas públicas.

Para combater essa opressão, é necessário um esforço conjunto que englobe mudanças econômicas, sociais e culturais. Isso inclui a promoção da igualdade salarial, a implementação de políticas antidiscriminatórias robustas, a inclusão da educação sobre identidade de gênero e orientação sexual nas escolas, bem como a desconstrução de estereótipos de gênero prejudiciais. Além disso, é fundamental a ocupação dos espaços por pessoas LGBTQIAPN+ nas esferas política e econômica, permitindo que elas participem ativamente na formulação de políticas e na criação de um mundo mais inclusivo e equitativo.

Em última análise, a luta contra a opressão de gênero e sexualidade no contexto do capitalismo é uma parte intrínseca da busca por justiça social e igualdade. Somente desafiando as estruturas de poder existentes e promovendo a inclusão e a diversidade podemos esperar construir um futuro mais justo e respeitoso para todas as pessoas, independentemente de sua identidade de gênero ou orientação sexual.

A Filosofia da Práxis na luta contra-hegemônica

No contexto da luta contra a opressão de gênero e sexualidade, a teorização nos ajuda a entender como o poder é

exercido sobre as pessoas LGBTQIAPN+. A partir da solidez dos constructos teóricos somos capazes de apreender o fortalecimento de estereótipos e preconceitos, construir ferramentas para desafiar a hegemonia cultural, promover mudança social, desenvolver processos para educar a população sobre a diversidade sexual e de gênero, combater a discriminação e promover a igualdade.

Entendemos nesta discussão que a dinâmica da sociedade capitalista é condicionada, para além do domínio dos meios de produção, pelo domínio da cultura. Na disputa pela hegemonia que permeia a estrutura social vigente, a classe que detém poder sobre o modelo produtivo também busca impor seu projeto de humanidade, educação e sociedade. Apreender a dinâmica do real, a organização do Estado e a disputa pela hegemonia é preponderante para a compreensão de um *status quo* que fortalece a opressão de gênero bem como para a possibilidade de construção de mecanismos para a superação desta cultura.

No constructo da Filosofia da Práxis, Gramsci considera que “a luta pela hegemonia, uma batalha de ideias, de visão de mundo, de ideologia e de projetos políticos em disputa, assume uma importância central na luta pelo poder do Estado e em sua conquista” (Neves, 2017, p. 33). É essencial aprofundar a definição de hegemonia além de “dominação ideológica das classes dominantes sobre as classes

subalternas”, entendendo-a também como um processo pelo qual a classe dominante consegue o consentimento ativo das classes subalternas. Isso permite compreender a possibilidade de uma hegemonia contra-hegemônica das classes subalternas, na qual estas articulam suas próprias visões de mundo e estratégias de resistência, incluindo as lutas de gênero e sexualidade. Em sua análise sobre a sociedade capitalista, o autor sardo afirma que a hegemonia de classe se estabelece quando os valores de uma classe se tornam universais e dominantes, seu poder material atinge o nível das ideias e é legitimado no seio social. Nessa estrutura social, a burguesia exerce a hegemonia ao deter o controle ideológico que a permite dirigir a sociedade intelectual e garantir o poder sobre o Estado (Gramsci, 1999).

Gramsci afirma que uma classe é hegemônica quando seus valores e interesses se tornam dominantes na sociedade. Isso ocorre quando a classe hegemônica é capaz de legitimar seu domínio material, ou seja, quando consegue convencer as outras classes de que seu domínio é natural e justo. A classe hegemônica também controla os meios de produção cultural, como a educação, a mídia e a cultura popular. Dessa forma, ela é capaz de difundir seus valores e ideias para toda a sociedade. A hegemonia da classe dominante é um processo dinâmico que está sempre em mudança e pode ser fortalecida ou enfraquecida a depender

das condições sociais e políticas de uma determinada sociedade (Coutinho, 1981).

A hegemonia de classe se expressa na capacidade da classe dirigente, no capitalismo, na burguesia, em ter o Estado como mecanismo de coordenação dos seus interesses. Ele é organicamente constituído pela sociedade política, representada pelo poder coercitivo expresso no monopólio legal da força e da violência e pela sociedade civil, caracterizada por aparelhos de hegemonia que buscam difundir a ideologia burguês por meio do consenso e da adesão voluntária. O Estado na concepção gramsciana não dissocia o domínio político da base material, considerando a conexão entre economia e política, Gramsci (1999) a noção de Estado como instrumento de dominação:

Estamos sempre no terreno da identificação de Estado e Governo, identificação que é, precisamente, uma representação da forma corporativoeconômica, isto é, da confusão entre sociedade civil e sociedade política, uma vez que se deve notar que na noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (no sentido, seria possível dizer, de que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção) (Gramsci, 2002, p. 244).

Sociedade política e sociedade civil estão relacionadas de forma orgânica, sendo o Estado resultado dessa unidade

e composto pelas duas esferas. Assim, “por ‘Estado’ deve-se entender, além do aparelho de governo, também o ‘aparelho privado’ de hegemonia ou sociedade civil.” (Gramsci, 2002, p. 254-255). O Estado burguês mantém seu domínio por meio de duas estratégias complementares: a coerção e o consenso. A coerção é o uso da força e da violência para reprimir os dissidentes e garantir a ordem social. O consenso é o uso da propaganda e da educação para convencer as massas de que o domínio da burguesia é natural e legítimo. Assim, o Estado burguês é “todo o complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente não só justifica e mantém seu domínio, mas consegue obter o consenso ativo dos governados” (Gramsci, 2002, p. 331).

[O Estado] tem uma tarefa educativa e formativa, cujo fim é sempre o de criar novos e mais elevados tipos de civilização, de adequar a “civilização” e a moralidade das mais amplas massas populares às necessidades do contínuo desenvolvimento do aparelho econômico de produção [...] (Gramsci, 2002, p. 23).

Sendo a hegemonia construída por meio das instituições da sociedade civil, ou seja, por meio dos aparelhos privados de hegemonia na busca da formação do consenso e disseminação da ideologia dominante, sistemas de poder como heteronormatividade e o patriarcado tornam-se hegemônicos na sociedade capitalista, são aceitos como

naturais e legítimos pela maioria da sociedade. Eles são difundidos por meio de uma variedade de instituições e práticas, incluindo a família, a escola, os meios de comunicação e o Estado.

A superação da hegemonia burguesa e a superação dos sistemas de poder perpassa pela revolução, pela construção de uma nova hegemonia através do que Gramsci (1976) denomina como guerra de posição, ou seja, a criação de instrumentos hegemônicos pelos subalternos para os subalternos. Gramsci (1976) suscita a necessidade da ocupação de espaço pelos subalternos e da junção de forças das instituições da sociedade civil na elaboração e difusão de uma nova cultura. Nesse interim, a Educação dos subalternos é primordial, refazê-la e reorganizá-la para os interesses contra hegemônicos.

Devemos refazer, hoje, a educação do proletariado [...]. Ainda que o Estado proletário devesse ter apenas um dia de existência, devemos trabalhar para que ele encontre condições de existência idôneas para o cumprimento da sua função, a supressão da propriedade privada e das classes. Só um proletariado educado politicamente, que não se abandone ao desespero e a desconfiança pelos reveses possíveis e inevitáveis, que permaneça fiel e leal ao seu Estado (Gramsci, 1976, p. 348).

Gramsci explica que uma força hegemônica se mantém forte por meio de um conjunto de forças políticas e sociais, na constituição de um bloco histórico. É por meio do bloco histórico que os subalternos constroem o consenso em oposição às determinações da sociedade capitalista, seja por influência política ou ideológica. De acordo com Gruppi (1995, 82) a “ideologia é o que mantém coeso o bloco histórico, que solda entre si seus elementos, que permite manter unidas classes sociais diferentes e com interesses até opostos, antagônicos”. Gramsci define “bloco histórico” como a junção orgânica entre a base material e a superestrutura ideológica, uma integração que deve ser compreendida de forma ampla para incluir as alianças de classe e suas dinâmicas ideológicas. Recentes interpretações sugerem uma visão mais abrangente que transcende as alianças de classe tradicionais, destacando a importância da cultura e da ideologia na formação dessas alianças.

A consolidação de um bloco histórico dar-se-á pela atividade dos intelectuais, os quais a partir de sua função no processo histórico, contribuem para o processo de continuidade de existência de sua classe (Jesus, 1985). Ao considerarmos a classe subalterna na construção de uma nova hegemonia e superação do Estado burguês, seus intelectuais têm a função de fomentar a consciência de classe, desenvolver em coletivo uma nova cultura social para

limitar o poder de coesão da classe burguesa. (GRAMSCI, 2002). A superação de sistemas de poder e mecanismos hegemônicos de exploração decorre da consolidação do poder de classe o qual somente será possível pela evidência da conquista da hegemonia. É necessário educar as massas e prepará-las em um “processo de unificação de teoria e prática, de construção de uma cultura nova, revolucionária, de reforma intelectual e moral. As duas coisas, para Gramsci, estão estritamente ligadas” (Gruppi, 1995, p. 83).

A Filosofia da Práxis, seu amplo e denso arcabouço epistemológico trazem mecanismos para interpretação, análise e construção de ferramentas para a superação de discursos e práticas determinadas pela burguesia e que impactam na dignidade humana. No sistema do Capital a manutenção dos subalternos inconscientes dos processos de dominação faz parte da estratégia da classe dominante a qual exercerá seu poder estabelecendo o consenso sobre os padrões socialmente aceitos. Romper com essa lógica exige a correlação de princípios teóricos para a construção de práticas de conscientização e transformação da realidade. É nessa percepção e considerando os limites da Filosofia da Práxis em relação às questões de gênero que se faz necessária a interlocução com teorias que contribuem com a análise dessa realidade.

Diálogo entre os estudos de Gramsci e as teorias feministas e queer

O diálogo entre os estudos de Gramsci e as teorias feministas e queer tem sido um campo de investigação e discussão crescente nas ciências sociais e humanas. Embora pareçam divergentes à primeira vista, com focos distintos, essas perspectivas podem se enriquecer mutuamente. As teorias feministas e queer frequentemente apontam os limites do pensamento marxista tradicional em abordar questões de gênero e sexualidade, enquanto a análise gramsciana da hegemonia e da luta de classes oferece uma ferramenta poderosa para compreender as dinâmicas de poder que sustentam essas formas de opressão. Justificar esse diálogo é crucial para superar os limites de cada abordagem e para construir uma compreensão mais completa e integrada das interseccionalidades que caracterizam a opressão contemporânea. Daniela Mussi (2019) ressalta que Gramsci aborda a questão feminina de maneira que nos permite entender a opressão de gênero como uma parte integral da luta pela hegemonia, destacando a importância da inclusão das mulheres na construção de uma nova ordem social. Isso corrobora a importância de um diálogo contínuo entre as teorias feministas e o pensamento gramsciano.

Gigliola Mendes (2013) argumenta que a condição da mulher nas obras do cárcere de Gramsci é analisada não

apenas sob a ótica da opressão de gênero, mas também considerando as implicações econômicas e sociais que reforçam essa opressão. Isso sugere que as teorias feministas podem se beneficiar de uma análise marxista, enriquecendo nossa compreensão das interseccionalidades de gênero, sexualidade e classe.

Antonio Gramsci, renomado teórico político italiano do século XX, é conhecido por suas contribuições fundamentais para a teoria marxista, em particular, sua ênfase na cultura, hegemonia e luta de classes. As teorias feministas e queer, por outro lado, concentram-se nas questões de gênero, sexualidade e identidade, explorando a opressão sistêmica e a busca pela emancipação. O debate sobre identidade, especialmente no contexto da teoria queer, deve ser mediado cuidadosamente com o conceito de consciência de classe. Enquanto a identidade foca nas especificidades individuais e sociais, a consciência de classe envolve um entendimento coletivo da posição socioeconômica e das dinâmicas de poder associadas. Essa distinção é fundamental para evitar confusões teóricas e práticas.

A princípio, pode parecer que essas perspectivas teóricas são divergentes, com focos distintos. No entanto, uma análise mais aprofundada revela pontos de interseção que promovem um diálogo enriquecedor. Um dos conceitos-chave de Gramsci, a hegemonia, que se refere à dominação

ideológica das classes dominantes sobre as classes subalternas, encontra eco nas teorias feministas e queer. Estas teorias examinam como as normas de gênero e sexualidade são impostas e mantidas, muitas vezes de maneira opressiva, por meio de instituições sociais e culturais.

Na perspectiva da teoria queer, a análise dos processos de normalização não se limita à criação do que é considerado anormal, mas também abrange a construção do que é tido como normal. Esta abordagem busca questionar todas as formas de identidades que se conformam a padrões estabelecidos (Sullivan, 2003). As categorias de normalidade e anormalidade surgem devido aos processos de normalização, e ambas exigem uma análise crítica. A teoria queer, sendo uma ferramenta analítica que se concentra nos processos de normalização, requer não apenas o estudo das identidades que aparentemente desafiam as normas, mas também uma investigação profunda dos processos de normalização que simultaneamente produzem e mantêm o que é hegemônico e subalterno, normal e anormal (Miskolci, 2009).

Na teoria queer, assim como na análise gramsciana da hegemonia, a ênfase é colocada na importância de desafiar e questionar as normas e identidades normativas que são impostas pela cultura dominante. Ambas as abordagens reconhecem que a construção da normalidade não é apenas

uma questão de conformidade com padrões sociais, mas é também uma forma de poder que molda as identidades e limita as possibilidades de resistência e transformação.

A hegemonia é o processo pelo qual uma classe dominante consegue obter o consentimento das classes subalternas para sua dominação, não apenas através da força, mas também através da cooptação e da negociação de interesses. A hegemonia é um processo dinâmico que requer constante renovação e adaptação para se manter (Gramsci, 2016, p. 226).

Isso ressalta que a hegemonia é um processo em constante mutação, necessitando da constante negociação e cooptação de elementos que possam discordar. Dentro da teoria queer, esse conceito é aplicado para entender como as normas relacionadas a gênero e sexualidade são permanentemente objeto de negociação e questionamento. A teoria queer reconhece que as identidades de gênero e orientações sexuais não são fixas, mas sim socialmente construídas e sujeitas a uma ampla variedade de influências culturais e individuais. Portanto, a negociação constante dessas normas é fundamental para a compreensão das complexidades das identidades de gênero e sexualidade.

Além disso, tanto Gramsci quanto as teorias feministas e queer valorizam a cultura como um componente essencial na formação da consciência política e na resistência às

estruturas de poder. Ambos reconhecem como as representações culturais de gênero e sexualidade, seja na mídia, na literatura ou nas artes, podem perpetuar estereótipos prejudiciais. No entanto, também exploram formas de resistência cultural, destacando como a arte e a cultura podem ser ferramentas de empoderamento e mudança. Destacamos que “no pensamento gramsciano, existe uma indissociabilidade entre conhecimento histórico, práxis política, luta cultural e processos de formação humana.” (Vieira, 1999, p. 56)

A formação de identidades é outro ponto de convergência. Gramsci concentra-se na formação de identidades de classe, enquanto as teorias feministas e queer exploram as identidades de gênero e sexualidade. Para Gramsci é fundamental, na luta pela hegemonia, construir uma visão pessoal do mundo que implique em reconhecer a própria posição social (identidade de classe), forjando uma identidade vinculada a essa posição, ao mesmo tempo em que se desenvolve a conscientização de si mesmo e dos propósitos a serem alcançados (Schlesener, 2020). Para King (2016), a teoria queer sustenta que as identidades são sempre diversificadas e entrelaçadas com uma variedade de outras características, como orientação sexual, raça, classe social, nacionalidade, gênero, idade e muitas outras, que se interconectam e interagem. Como resultado, todas as

formas de identidade desempenham papéis fundamentais como influências políticas que moldam e estruturam nossa sociedade. Ambos os campos enfatizam como a construção da identidade está intrinsecamente ligada às relações de poder e à busca pela emancipação.

A interseccionalidade, um conceito central nas teorias feministas e queer, também pode ser relacionada ao pensamento de Gramsci. Ambos reconhecem que as pessoas ocupam múltiplas posições sociais e que a opressão e a resistência podem ser moldadas por essas interações complexas de identidade, classe, gênero, raça e sexualidade. Salientamos que:

A interseccionalidade inicia um processo de descoberta, nos alertando para o fato de que o mundo a nossa volta é sempre mais complicado e contraditório do que nós poderíamos antecipar. (...) Ela não provê orientações estanques e fixas para fazer a investigação feminista (...). Ao invés disso, ela estimula nossa criatividade para olhar para novas e frequentemente não-ortodoxas formas de fazer análises feministas. A interseccionalidade não produz uma camisa-de-forças normativa para monitorar a investigação (...) na busca de uma 'linha correta'. Ao invés disso, encoraja a cada acadêmica feminista a se envolver criticamente com suas próprias hipóteses seguindo os interesses de uma investigação feminista reflexiva, crítica e responsável (Davis, 2008, p. 79).

Nesse contexto, é possível argumentar que as categorias de “gênero” e “raça” desempenham um papel fundamental na forma como as disparidades de classe são vivenciadas e percebidas. Isso implica que a ideia de “proletariado” só pode ser verdadeiramente compreendida dentro de um contexto histórico específico. A história global do proletariado, na realidade, é a história singular do proletariado no Atlântico, que abrange uma série de experiências concretas e cotidianas vividas por diversos grupos de pessoas. Isso inclui africanos que foram escravizados e transformados em negros, indivíduos que buscavam sobreviver nas grandes cidades brasileiras ou que se refugiavam em comunidades quilombolas após escapar da escravidão e estabelecer conexões com indígenas e brancos despossuídos. Também engloba povos indígenas que resistiam contra invasores e bandeirantes, camponeses empobrecidos expulsos de suas terras na Europa e trazidos para as Américas por governos racistas, bem como mulheres, negros e indígenas que se organizavam em clubes secretos, lideravam revoltas locais e participavam de manifestações culturais e religiosas, entre outras atividades. Os proletários, portanto, são aqueles que, apesar de serem frequentemente destituídos de direitos, objetificados, escravizados e explorados de várias maneiras, conseguiram fazer da resistência uma parte integral de suas vidas, nunca se submetendo à marginalização e à opressão (Ruas da Fonseca, 2022).

Por fim, tanto Gramsci quanto as teorias feministas e queer compartilham o objetivo fundamental de promover a transformação social e lutar por uma sociedade mais justa e igualitária. Embora abordem essas questões de maneiras diferentes, ambos fornecem ferramentas analíticas e conceituais que podem ser usadas para entender e abordar as injustiças sociais de maneira mais abrangente e eficaz. Notamos que todo sujeito, ativo e conscientemente é agente da mudança de si e do mundo no qual encontra-se inserido.

[...] deve-se conceber o homem como uma série de relações ativas (um processo), no qual, se a individualidade tem a máxima importância, não é todavia o único elemento a ser considerado. A humanidade que se reflete em cada individualidade é composta de diversos elementos: 1) o indivíduo; 2) os outros homens; 3) a natureza. [...]. O indivíduo não entra em relação com os outros homens por justaposição, mas organicamente, isto é, na medida em que passa a fazer parte de organismos [...] o homem não entra em relações com a natureza simplesmente pelo fato de ser ele mesmo natureza, mas ativamente, por meio do trabalho e da técnica. E mais: estas relações não são mecânicas. São ativas e conscientes [...] Daí ser possível dizer que cada um transforma a si mesmo, modifica-se, na medida em que transforma e modifica todo o conjunto de relações do qual ele é o centro estruturante (Cad. 10, Parte II, § 54 - Gramsci, 1999, p. 413).

Em resumo, o diálogo entre os estudos de Gramsci e as teorias feministas e queer oferece uma oportunidade valiosa para enriquecer nossa compreensão das dinâmicas de poder, opressão e resistência em uma sociedade complexa. Essa integração de perspectivas teóricas permite o desenvolvimento de abordagens mais abrangentes e eficazes para a análise e ação política, visando a igualdade de gênero, a diversidade sexual e a justiça social.

Embora muitas abordagens feministas e queer possam parecer predominantemente reformistas, é crucial identificar como essas lutas podem ser integradas em uma estratégia revolucionária. Gramsci enfatiza que as reformas não devem ser vistas em oposição à revolução, mas sim como etapas dentro de uma estratégia mais ampla de transformação social. O diálogo entre feminismo, teoria queer e marxismo gramsciano pode revelar pontos de intersecção onde as reformas cotidianas pavimentam o caminho para mudanças estruturais profundas, visando uma verdadeira práxis revolucionária. Nessa junção, a reforma caracteriza-se como processo constitutivo de formação moral e intelectual, promovendo a construção e fortalecimento de um bloco histórico cuja finalidade é a emancipação dos subalternos. (Gramsci, 2002).

Rodrigo Passos e Aline Yamashita (2022) afirmam que a articulação entre Gramsci, feminismo e hegemonia revela

como as lutas feministas e de sexualidade podem se integrar em uma estratégia mais ampla de transformação social, desafiando as estruturas de poder estabelecidas. Essa perspectiva destaca a relevância de um enfoque interdisciplinar e interseccional na análise das opressões contemporâneas.

Considerações finais

O debate sobre a opressão de gênero e sexualidade no contexto do capitalismo é uma questão intrincada e multifacetada que exige uma análise profunda das interações entre poder, economia e cultura. Este artigo procurou justificar a necessidade de um diálogo entre os estudos de Gramsci e as teorias feministas e queer, destacando como ambas as abordagens podem se complementar e enriquecer. A hegemonia, como conceito central na teoria de Gramsci, deve ser compreendida em sua complexidade para incluir as dimensões de gênero e sexualidade. Ao mesmo tempo, as teorias feministas e queer podem se beneficiar de uma análise marxista das estruturas de poder capitalistas, criando um arcabouço teórico mais robusto para a luta contra-hegemônica. Gigliola Mendes (2020) observa que a subalternidade feminina na filosofia da práxis gramsciana aponta caminhos para uma nova hegemonia, que incorpora a luta pela emancipação de gênero como parte integral da revolução social. Esse ponto é crucial para fortalecer

o diálogo entre feminismo, teoria queer e marxismo, destacando a necessidade de uma abordagem interseccional na luta contra-hegemônica.

Passos e Santana (2017) discutem como a questão sexual nos cadernos carcerários de Gramsci é fundamental para entender as interseções entre gênero, sexualidade e classe, proporcionando uma visão mais completa das dinâmicas de poder opressivas. Incorporar essa perspectiva é essencial para desenvolver uma abordagem mais holística e eficaz na luta contra a opressão sistêmica.

Ao longo deste texto, exploramos como o sistema capitalista perpetua desigualdades e exerce influência nas experiências das pessoas em relação à sua identidade de gênero e sexualidade. Examinamos como as mulheres, as pessoas transgênero e aqueles que desafiam as normas de gênero e sexualidade são afetados de maneira desproporcional por esse sistema. Além disso, destacamos a importância da Filosofia da Práxis na luta contra-hegemônica, que nos permite entender como o poder é exercido sobre as pessoas LGBTQIAPN+ e como a classe dominante busca impor seus valores e interesses à sociedade. Através do conceito de hegemonia, de Gramsci, percebemos como a classe dominante molda as ideologias e valores que permeiam a cultura e a política, influenciando a forma como as pessoas percebem e vivenciam sua identidade de gênero e sexualidade.

De acordo com Gramsci (2002, p. 331), a coerção e o consenso são os mecanismos utilizados para a manutenção da hegemonia do Estado burguês. Por meio “de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente não só justifica e mantém seu domínio, mas consegue obter o consenso ativo dos governados” o Estado burguês repreende aqueles que de alguma forma oferecem risco ao seu domínio. Desta forma, a hegemonia é construída por meio das instituições da sociedade civil e sua conquista se dará por meio da criação de instrumentos hegemônicos da classe subalterna, utilizando principalmente da educação para acumular forças, elaborar e difundir uma nova cultura. É preciso que a organização dos movimentos feministas, de gênero e de sexualidades estejam organizados em uma unidade estabelecida, em um bloco histórico ideologicamente coeso.

Nesse processo, a ação dos intelectuais orgânicos dos movimentos LGBTQIAPN+ e feministas são essenciais. São eles os responsáveis pela valorização do conhecimento advindo das massas, do senso comum que rompe com as imposições filosóficas da burguesia. É preciso que os movimentos adentrem e ocupem os espaços, movimentem e fortaleçam o bloco histórico construindo uma consciência de classe que enfraqueça os mecanismos de opressão e coerção.

Os processos educativos de conscientização devem estar pautados no rompimento dos princípios capitalistas.

É necessário, por exemplo, que os processos pedagógicos rompam com a lógica economicista de valorização do capital em detrimento da valorização humana. São urgentes a criação de “condições para o acesso aos conhecimentos relativos à filosofia, às ciências, às artes, à gramática, à literatura, etc., de modo a oferecer cultura geral e criar bases para o avanço de novos conhecimentos” que contemplem a diversidade de gênero e valorizem as identidades dos sujeitos (Flach; Schlesener, 2018, p. 188).

O diálogo entre as teorias feministas, queer e os estudos de Gramsci nos proporciona uma visão mais completa das dinâmicas de poder e resistência. Essas perspectivas teóricas destacam a importância da cultura, da formação de identidades e da interseccionalidade na compreensão das opressões sistêmicas e na busca por justiça social. O combate à opressão de gênero e sexualidade no contexto do capitalismo, é fundamental promover mudanças econômicas, sociais e culturais. Isso inclui a busca pela igualdade salarial, a implementação de políticas antidiscriminatórias, a inclusão da educação sobre identidade de gênero e orientação sexual nas escolas e a desconstrução de estereótipos prejudiciais. Na construção de uma nova hegemonia é crucial que as pessoas LGBTQIAPN+ ocupem espaços na política e na economia, para que possam participar ativamente na formulação de políticas e na construção de um mundo mais inclusivo e equitativo.

REFERÊNCIAS

- AVELLUTO, Valentina. Gramsci, o movimento feminista e a crise da hegemonia patriarcal. **Novos Rumos**, v. 57, n. 2, p. 71-74, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/0102-5864.2020.v57n2.p71-74>. Acesso em: 31 maio 2024.
- COUTINHO, C. N. **Fontes do pensamento político**: Gramsci. Porto Alegre: L&PM editores, 1981.
- DAVIS, Kathy. Intersectionality as buzzword: A sociology of science perspective on what makes a feminist theory successful. **Feminist theory**, v. 9, n. 1, p. 67-85, 2008.
- FEDERICI, S. **O patriarcado do salário** –notas sobre Marx, gênero e feminismo. São Paulo: Boitempo, 2021.
- FLACH, S. F.; SCHLESENER, A. H. Educação desinteressada e a análise de Políticas Educacionais. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 18, n. 3, p.780-797, jul./set. 2018.
- GHETTI, Nara. Gramsci, as mulheres e a “questão sexual”. **Práxis e Hegemonia Popular**, v. 5, n. 6, p. 76-92, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/2526-1843.2020.v5n6.p76-92>. Acesso em: 31 maio 2024.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**: Introdução ao estudo da filosofia; a filosofia de Benedetto Croce. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho; co-edição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**: Maquiavel. Notas sobre o estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 3, 2002.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**: Maquiavel, a política eo Estado moderno. 2016.

GRAMSCI, A. **Escritos políticos**. v.1. Tradução: Manoel Simões. Lisboa: Serra Novva, 1976.

GRUPPI, L. **Tudo começou com Maquiavel**: as concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci. 13. ed. Porto Alegre: L&PM editores, 1995.

KING, Andrew. Queer categories: queer (y) ing the identification 'older lesbian, gay and/or bisexual (LGB) adults' and its implications for organizational research, policy and practice. **Gender, Work & Organization**, v. 23, n. 1, p. 7-18, 2016.

MARINHO, Silvana. Diversidade de gênero na sociabilidade capitalista patriarcal: as identidades trans em perspectiva. **Revista Katálysis**, v. 21, p. 602-610, 2018.

MATOS, A. C. Contribuições do marxismo para os estudos sobre gênero e saúde. **Germinal: marxismo e educação em debate**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 610-622, 2021. DOI: 10.9771/gmed.v13i1.37004. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/37004>. Acesso em: 31 maio 2024.

MENDES, Gigliola. A subalternidade feminina na filosofia da práxis: caminhos para a (nova) hegemonia na contemporaneidade. **Práxis e Hegemonia Popular**, v. 4, n. 4, p. 167-187, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/2526-1843.2019.v4n4.10734>. Acesso em: 31 maio 2024.

MENDES, Gigliola. Em que espelho ficou perdida a minha face?: uma análise da condição da mulher nas Obras do Cárcere de Antonio Gramsci. 2013. 133 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/ufu.di.2013.173>. Acesso em: 31 maio 2024.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. Rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, p. 150-182, 2009.

MUSSI, Daniela. Antonio Gramsci e a questão feminina.

Tempo Social, v. 31, n. 2, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2019.157731>.

Acesso em: 31 maio 2024.

NEVES, A. V. Apontamentos sobre Gramsci e sua influência ao Serviço Social no século 21. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 20 n.1, p. 31-36, jan./abr. 2017.

PASSOS, Rodrigo D. F. dos; SANTANA, D. P. F. de. Notas sobre a questão sexual nos cadernos carcerários de Gramsci. **MovimentAção**, v. 4, n. 7, p. 75-88, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.30612/mvt.v4i07.7495>. Acesso em: 31 maio 2024.

PASSOS, Rodrigo D. F.; YAMASHITA, A. C. F. Gramsci, feminismo e hegemonia: uma análise. In: BRABO, T. S. A. M. (Org.). **Direitos Humanos, gênero, cidadania e educação**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2022. p. 297-316. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/2022.978-65-5954-279-6.p297-316>. Acesso em: 31 maio 2024.

RUAS DA FONSECA, R. S. . Raça, gênero e o marxismo amefricano: desfazer mitos, (re)construir caminhos de emancipação. **Germinal: marxismo e educação em debate**, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 267-284, 2022. DOI: 10.9771/gmed.v14i2.49568. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/49568>. Acesso em: 31 maio 2024.

SCHLESENER, Anita Helena. A linguagem e seu significado político e pedagógico a partir dos escritos de

Gramsci. **AMMENTU-Bollettino Storico e Archivistico del Mediterraneo e delle Americhe**, v. 2, n. 2, p. 103-117, 2020.

SILVA, Maria Aparecida da; LUPPI, Carla Gianna; VERAS, Maria Amélia de Sousa Mascena. Trabalho e saúde na população transexual: fatores associados à inserção no mercado de trabalho no estado de São Paulo, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 1723-1734, 2020.

SILVA, Rodrigo Augusto et al. Neoliberalismo, conservadorismo religioso e opressões de gênero e sexualidade no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, v. 146, p. 244-262, 2023.

SULLIVAN, Nikki. **A critical introduction to queer theory**. NYU Press, 2003.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Cultura e formação humana no pensamento de Antonio Gramsci. **Educação e pesquisa**, v. 25, p. 51-66, 1999.